

POLÍTICA

*Empresários e empregados
entendem-se com o ministro do Trabalho.
A estabilidade é um dos temas mais difíceis, ao
lado da anistia aos militares cassados.*

Uma alternativa à estabilidade

O ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, comunicou a um grupo de constituintes, reunidos na noite de quinta-feira na residência oficial do presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, que estão avançados os entendimentos com empresários e trabalhadores em torno de uma fórmula de garantia de emprego que substitua a reivindicação da estabilidade.

Pazzianotto, como a maioria dos participantes da reunião-jantar — os líderes do PMDB, Mário Covas (na Constituinte), Fernando Henrique Cardoso (Senado) e Luís Henrique (Câmara), o relator e o presidente da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), e senador Afonso Arinos (PFL-RJ) —, considera que a estabilidade representaria uma altíssima rotatividade de mão-de-obra. Com a estabilidade, afirmou Afonso Arinos, nenhum empregado chegaria aos 90 dias de trabalho.

Para a reunião na casa de Ulysses o relator Bernardo Cabral levou um trabalho sobre o projeto de Constituição do qual ele retirou dispositivos que considera matérias não constitucionais, embora tenha deixado os temas polêmicos. Com isso o atual texto do projeto de Constituição foi enxugado para cerca de 390 artigos (como está, tem 496 artigos).

A reunião de quinta-feira, segundo Afonso Arinos, serviu para uma radiografia da Constituinte e discussão dos seus temas



Pazzianotto: perto do acordo.

mais polêmicos. Sobre a estabilidade os parlamentares ouviram uma exposição do ministro Almir Pazzianotto — que fora encarregado, em outra reunião, há duas semanas, de levar aos trabalhadores e empresários a discussão de uma forma alternativa de garantia de emprego para substituir a estabilidade de 90 dias de trabalho, como está proposto no capítulo da Ordem Social do atual projeto.

Um outro tema que o grupo considerou como improvável de figurar na futura Constituição foi o da anistia para os militares

cassados. A maioria considerou que, como está sendo proposta na Constituinte, a anistia representaria um desnecessário confronto com as Forças Armadas, quando se sabe que o governo não tem condições de ressarcir completamente os militares punidos, além de causar um grave problema na estrutura da hierarquia militar.

No geral, a reunião serviu, segundo Afonso Arinos, para que os temas polêmicos sejam tratados de uma forma homogênea pelos líderes ali presentes, para com isso conseguirem acordos de liberações que possam facilitar e objetivar as votações, que serão sempre complicadas, na previsão do presidente da Comissão de Sistematização. Para aprofundar essa discussão — como será o procedimento dos líderes na condução dos temas polêmicos — uma nova reunião ficou marcada para o próximo dia 10, às 10 horas, no gabinete de Ulysses Guimarães na Câmara dos Deputados.

Quanto ao sistema de governo, segundo Afonso Arinos, a reunião demonstrou uma forte inclinação dos presentes pelo parlamentarismo mas não se chegou a tocar na questão da duração do mandato presidencial. Já o relator Bernardo Cabral informou que a supressão das matérias não constitucionais do texto do projeto foi bem recebida pelos líderes peemedebistas. Esse trabalho deverá orientá-lo na elaboração do substitutivo que apresentará no dia 23 de agosto.

PMDB e PFL, procurando uma carta "enxuta, real e duradoura".

"Procuramos denominador comum para escrever uma carta enxuta, real e duradoura." Assim o deputado Paulo Macarini (PMDB-SC) se referiu aos próximos encontros, marcados para os dias 5 e 11 do corrente, do grupo suprapartidário, empenhado em obter o consenso para a votação da nova Constituinte.

Ele não quis referir-se à reunião como sendo dos progressistas do PMDB com os modernos do PFL. "Preferimos chamar isso de bloco suprapartidário. Significa que estamos procurando dialogar com todos os partidos sobre os temas considerados polêmicos, em número de 19, para atingirmos o consenso."

Segundo ainda Macarini, "como se imagina que chegaremos a um texto de 200 a 250

artigos, de concentração genérica, o deputado José Costa chegou a propor que a Assembleia Nacional Constituinte, após a promulgação da nova Carta, permanecesse reunida para dedicar-se à votação de leis complementares". Não houve manifestação do grupo, e é provável que o deputado venha a formular sua proposta ao plenário.

O deputado catarinense lembra que três temas foram excluídos das negociações: o mandato do atual presidente, o regime de governo e a eleição distrital para deputado. "O objetivo das conversações é eliminar o maior número de arestas." O grupo suprapartidário começou reunindo apenas os progressistas do PMDB com os moderados do PFL. Hoje, conta com a participação dos líderes Mário Covas e Fernando

Henrique Cardoso, do secretário-geral do PDS, Virgílio Távora, de representantes do PDT e PCB.

Esquerda negativa

"A esquerda negativa dentro do PMDB — composta de 20 a 30 deputados — ataca o governo federal, desestabiliza o processo de transição e está influenciando mais do que deveria nos trabalhos da Constituinte." Esta é a opinião do deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), que anunciou estar conversando com o PTB para obter maior apoio ao governo, revigorando a Aliança Democrática e formando outro bloco suprapartidário, que ele classifica também de moderado.